



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681411 - SP (2021/0226838-1)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : DULCEIA PINHEIROS
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : DULCEIA PINHEIROS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de DULCEIA PINHEIROS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Execução n. 0009729-63.2016.8.26.0269).

A paciente informa que cumpre pena de 30 anos de reclusão, pela prática do delito de latrocínio.

Aduz que não é reincidente específica em crimes hediondos ou a eles equiparados e, assim, deve-se descontar 2/5 de sua pena, para que possa ser progredida ao regime menos gravoso.

Requer, liminarmente e no mérito, a correção do cálculo de penas para progressão de regime prisional.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade. Assim, há necessidade de prova pré-constituída acerca do alegado constrangimento ilegal.

No caso, a impetrante não juntou a cópia do acórdão impugnado. A deficiência na instrução do *writ* impede a análise da plausibilidade do pedido de liminar formulado.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência